

FOLHA DE SÃO PAULO AM P-6 ANO 1 JUL 1987 FOLHA DE SÃO PAULO

# "Conservadores" preparam substitutivo ao anteprojeto de Cabral

## Cabral critica autorização dada por Ulysses

Da Sucursal de Brasília

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, afirmou ontem que "ou o presidente Ulysses abre a possibilidade de emendas de mérito para todas as comissões ou não recebo as emendas". Cabral fez esta afirmação ao saber que o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, autorizou a apresentação de emendas de mérito (que alteram o conteúdo dos artigos) para o relatório, preparado por Cabral, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Nesta fase dos trabalhos da Sistematização, todos os constituintes podem apresentar emendas de adequação (que alteram apenas a redação dos artigos) ao anteprojeto de Cabral.



O deputado Ulysses Guimarães

Da Sucursal de Brasília

O deputado Expedito Machado (PMDB-CE) disse ontem que o grupo "Centro Democrático", que reúne parlamentares "conservadores" do PMDB, está preparando um substitutivo integral ao anteprojeto de Constituição do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Para ele, com os seus 501 artigos, o anteprojeto torna-se "quase impossível de ser debatido ou emendado". Outro grupo de parlamentares do partido está articulando a formação de um bloco "progressista" para garantir a manutenção de pontos que consideram "avançados". O grupo defende a negociação, através de blocos interpartidários, de cada um dos pontos polêmicos do anteprojeto.

Já o presidente José Sarney decidiu



apresentar emendas ao anteprojeto de Cabral, através de lideranças da Aliança Democrática. O porta-voz do Palácio do Planalto, Frota Neto, disse que o presidente "está preocupado com o resultado parcial da Constituição, principalmente pela falta de articulação e maior coesão entre as diferentes partes do documento". A Folha apurou que Sarney encarregou o consultor-geral da República, Saulo Ramos, de elaborar o que seria na realidade um anteprojeto do governo.

Apesar de o artigo 23, parágrafo 2º, do regimento interno do Congresso constituinte impedir a apresentação de substitutivos completos, Expedito Machado, um dos líderes do "Centro Democrático", disse que o substitutivo será aceito, pois "será fruto de uma ampla negociação entre diversos setores políticos". Disse que ainda não havia comunicado Cabral da intenção do grupo, mas falou que, pelo que conhece dele, "não haverá problema, pois é um dos nossos, é de centro".

Ao ser informado de que um

substitutivo poderia ser apresentado ainda na Comissão de Sistematização, Cabral afirmou que o regimento veta este tipo de proposta. Disse, porém, que se houver a tentativa o plenário dará a palavra final. O próprio presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), acha que um substitutivo será uma solução viável. Para ele, o anteprojeto de Cabral "torna o país ingovernável", principalmente pelo conteúdo dos artigos referentes à Ordem Econômica e à Ordem Social. Para Arinos, o relator não tem qualquer culpa ao elaborar um anteprojeto "confuso", pois teve de respeitar os relatórios das comissões temáticas.

O grupo "progressista" do PMDB está fazendo um amplo dossiê da atuação de cada parlamentar nas subcomissões e nas comissões temáticas para identificar as negociações viáveis com os blocos interpartidários. Além do número de votos recebidos por cada um, o dossiê incluirá também as emendas apresentadas. Para os "progressistas", o PT, PDT,

PCB e PC do B são aliados, mas o PFL e mesmo o PDS não foram descartados para as negociações. Como pretendem negociar ponto por ponto, os peemedebistas vêem brechas para possíveis acertos. Um segundo dossiê, contendo propostas para negociação e votação com esses partidos, também está sendo preparado.

Para ganhar adeptos do "centro" do PMDB, o grupo pretende divulgar um documento confrontado as propostas contidas no relatório da Comissão de Sistematização com o programa do PMDB. Isso será feito durante a convenção nacional do partido, nos próximos dias 18 e 19.

O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) disse ontem que a Mesa do Congresso constituinte deverá se reunir hoje para apreciar a sua proposta de dividir a discussão e votação do anteprojeto em capítulos e assuntos específicos a cada sessão. Plínio entregou a sua proposta ao presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, na sexta-feira passada.

## Bispo diz que diploma não é o 'único critério'

Da Sucursal de Brasília e da Reportagem Local

Ao comentar a obrigatoriedade do diploma para o exercício de determinadas profissões, d. Afonso Felipe Gregory, 57 —sociólogo e bispo auxiliar do Rio, além de responsável pelo setor de ação social da CNBB— disse ontem que "o diploma não é o único critério para avaliar a capacidade de alguém para exercer bem uma profissão e, neste sentido, deve ser relativizado." Para o bispo de Piracicaba (SP), d. Eduardo Koaik, 60, "o diploma é bom, mas não deveria limitar o acesso ao Jornalismo das pessoas competentes que não tenham feito o curso de Comunicação Social".

O senador José Bisol (PMDB-RS) defende a garantia constitucional da liberdade do exercício das profissões. Bisol disse que sua proposta (derrotada) à Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher tem o objetivo de evitar o "corporativismo".

O presidente do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, Robson Moreira, 33, disse ontem que o "sindicato luta pra que a questão da regulamentação das profissões não seja objeto da Constituição, mas sim das leis ordinárias. Fizemos uma campanha nacional para pressionarmos a Constituinte nas etapas anteriores e a nossa proposta venceu".

## Reforma urbana também sofre resistência, afirma arquiteto

Da Reportagem Local

O presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Fabio Goldman, 50, disse ontem que não há uma reforma urbana do Brasil pelos mesmos motivos que não há uma reforma agrária. "Não existe uma UDR (União Democrática Ruralista) da cidade, mas os motivos que impedem a reforma urbana são os mesmos que impedem a reforma agrária: prevenção aos conceitos de desapropriação e uso social da terra", disse ele à Folha.

No último fim-de-semana, os presidentes das seções regionais do IAB —instalado em todos os Estados— reuniram-se no Rio e elaboraram um documento em "protesto" ao encaminhamento dos trabalhos constituintes. Nele, o Instituto declara sua "preocupação" com a possibilidade de a nova Carta "vir a ser superada pela realidade nacional, no momento mesmo de sua promulgação". O documento diz que os relatórios das comissões temáticas "não refletem os avanços conquistados pelos movimentos sociais".

O Instituto diz no seu "protesto" que os parlamentares constituintes não podem fugir ao "dever histórico" de se colocarem "de maneira inequívoca ao lado da sociedade brasileira". Fabio Goldman acredita que para se chegar a uma reforma urbana é preciso primeiro o Congresso constituinte assegurar-lá na Carta e depois garantir-se a "participação

popular" nas decisões sobre a política urbana.

O IAB apresentou uma proposta à Comissão da Ordem Econômica do Congresso constituinte, que não foi incluída em seu anteprojeto. A proposta do IAB inclui o usucapião urbano após três anos de posse sem contestação, e a desapropriação "por interesse social ou utilidade pública". Segundo o presidente do IAB, essas propostas são rejeitadas pelos constituintes "por uma questão ideológica". "Não que eles sejam contra a proposta, mas só a possibilidade de desapropriação da propriedade e usucapião os fazem votar contra a proposta", afirmou.

Segundo Goldman, o IAB defende uma política urbana que unifique a questão da crise habitacional, da infra-estrutura (saneamento, luz etc.) e do que chama de "equipamentos" (transporte, escolas, hospitais etc.). Ele diz que a reforma urbana "é mais uma questão de inteligência empresarial do que de paternalismo". "Se o empresário se conscientizasse de que o empregado se cansa quando leva muitas horas para chegar ao trabalho, apoiaria a construção de conjuntos habitacionais próximos às fábricas", disse. Segundo ele, não adianta o governo "adotar" a população de baixa renda e construir conjuntos habitacionais onde os terrenos são mais baratos, afirmou Goldman, pois "as fábricas não ficam nessas áreas".

## Lavradores vão acompanhar votações no Congresso

Da Reportagem Local

Uma caravana de lavradores de todas as regiões do país estará em Brasília, no início de setembro próximo, para acompanhar no Congresso constituinte a votação sobre a reforma agrária. A organização desta caravana está sendo feita pela Comissão Nacional dos Rurais na Constituinte, integrada pela diretoria rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST) e por sindicatos de trabalhadores rurais de vários Estados.

A Comissão está articulando suas iniciativas com a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e com a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag). Essas entidades estão coletando assinaturas, em todo o país, para propostas de reforma agrária, direitos dos trabalhadores e soberania nacional, a serem encaminhadas ao Congresso constituinte com base no artigo 23 do regimento congressual —que permite a um conjunto de 30 mil cidadãos, sob o patrocínio de pelo menos três entidades legalmente conhecidas, encaminhar propostas ao texto da nova Constituição.

Dia Nacional de Mobilização

A Comissão Nacional dos Rurais na

Constituinte prepara-se, também, para participar do Dia Nacional de Mobilização para a coleta de assinaturas de apoio às emendas constituintes populares, marcado para o próximo dia 17, com a realização de atos públicos e debates nas capitais e municípios interioranos. A entrega conjunta dos abaixo-assinados com as propostas dos setores rurais e outros segmentos sociais está prevista para 18 de agosto próximo, em Brasília.

SBPC

A coordenação global dessas iniciativas constituintes está sendo feita pela Articulação Nacional de Entidades para a Mobilização Popular na Constituinte, criada nos dias 26 e 27 de maio último, em Brasília, por um conjunto de 63 entidades, entre as quais a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a CUT, a Contag, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam) e a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes).

A secretaria da Articulação funciona no Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte (CEAC), da Universidade de Brasília, coordenado pelo ex-deputado do PMDB gaúcho João Gilberto.

## Sampaio propõe mudança do STF por mais rapidez

Da Sucursal de Brasília

O deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP), 56, de esquerda, afirmou ontem que rerepresentará a sua proposta de modificação do Supremo Tribunal Federal (STF), na forma de um Tribunal Constitucional, em condições de agilizar o processo judiciário.

"Numa situação como a do pedetista Danilo Groff, que está sendo processado com base na Lei de Segurança Nacional, o acusado teria condições de impetrar um pedido de 'habeas corpus' que seria julgado rapidamente, ao contrário do que ocorre hoje", afirmou o deputado petista.

Para Arruda Sampaio, "a Comissão da Organização dos Poderes manteve o STF exatamente como ele é hoje, e ainda acrescentou mais cinco ministros no Tribunal. Para isso não é necessário fazer uma nova Constituição", argumentou. Mesmo que se mantenha uma estrutura semelhante à atual, disse o parlamentar, "o STF deveria ter uma turma constitucional, que possibilitaria a apreciação sumária de processos urgentes, como na proposta que apresentei e foi aprovada na Subcomissão do Poder Judiciário".